



# MOVA-SE

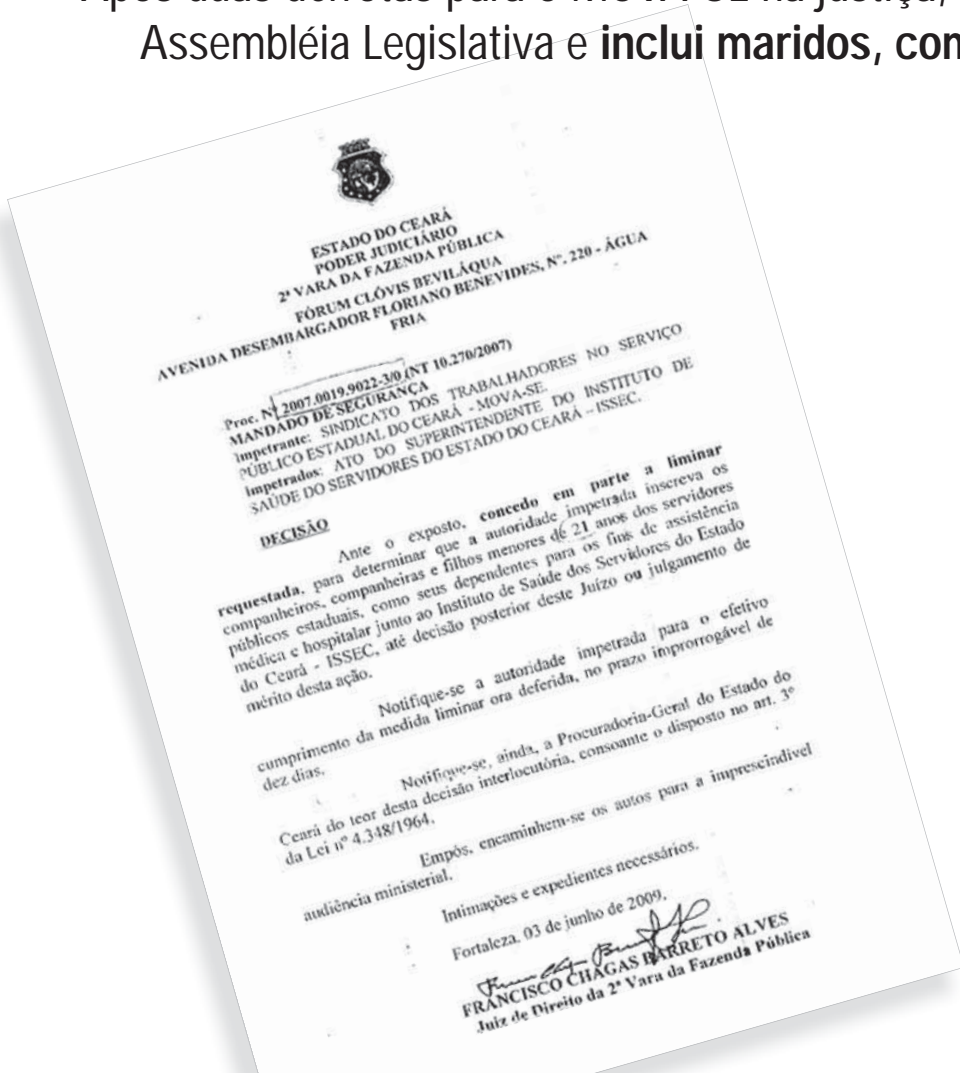
FILIADO À **CEUT** **FENASEPE**

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará

Ano XX, no 148 - março/abril de 2010 - www.mova-se.com.br - mova-se@secrel.com.br - Rua Princesa Isabel, 502, Centro - Fone/fax: (85) 3226.0665

## Conquista do MOVA-SE

Após duas derrotas para o MOVA-SE na justiça, governo envia projeto de reestruturação do ISSEC à Assembléia Legislativa e **inclui maridos, companheiros e companheiras** como dependentes



A Assembleia Legislativa aprovou na quinta-feira, 08/04, projeto de Lei que regulamenta o Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará, que no início do atual governo mudou de IPEC-CE para ISSEC.

O documento, que aguarda apenas a assinatura do governador para entrar em vigor, inclui ainda uma antiga reivindicação do MOVA-SE: o reconhecimento, por parte do governo, de que as servidoras do estado têm direito a ter seus maridos como dependentes, da mesma forma que o companheiro ou a companheira, o que não era permitido no antigo IPEC.

Em 2009, o MOVA-SE obteve ganho de causa na justiça em primeira e segunda instancia para a inclusão dos companheiros e companheiras junto ao ISSEC. Inconformado, o órgão recorreu no Tribunal de Justiça (TJ) contra

a decisão e esperava obter ganho de causa. No entanto, numa demonstração de reconhecimento da legitimidade do direito dos dependentes, o TJ mais uma vez deu parecer favorável ao MOVA-SE e não acatou o recurso do ISSEC. Acuada, o governo optou por regulamentar o ISSEC já com as alterações.

A proposta que altera o estatuto do ISSEC, no entanto, não atende na integra os anseios dos trabalhadores. Na ação impetrada pelo sindicato, que continua valendo, filhos até 21 anos de idade também têm direito ao benefício. No projeto de lei apresentado e votado na Assembleia, eles não são contemplados.

Até agora, o governo vinha descumprindo a decisão judicial e negando o direito dos servidores que procuraram fazer uso do benefício.

## MOVA-SE repudia truculência na PEFOCE

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará – MOVA-SE vem a público repudiar de forma veemente a atitude truculenta do governador, que se diz socialista, do nosso estado. Na quarta-feira, 10/03, em mais uma demonstração de abuso e desrespeito contra servidores sindicalistas que lutam pela sua categoria, o perito-geral da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE, Maximiano Chaves, enviou Comunicação Interna à Coordenação de Perícia Criminal dando um ultimato para a companheira Luciana Canito se desligar do MOVA-SE no prazo de sete dias. Caso contrário seria exonerada do cargo de Supervisora do Núcleo de Balística Forense que ocupa.

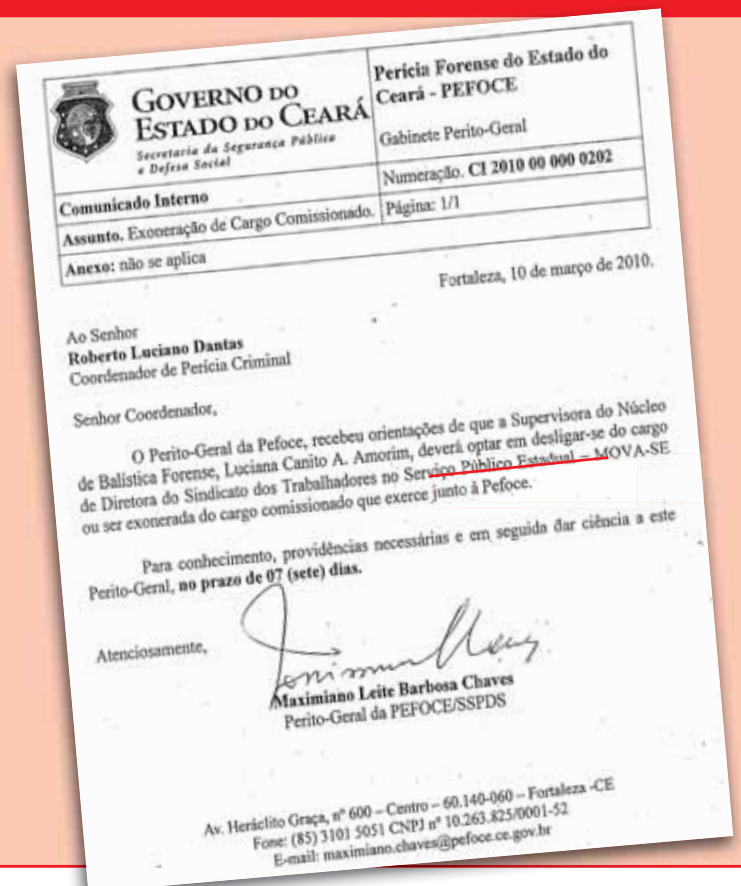
Embora a direção do MOVA-SE esteja acostumada com os desmandos desse governo em todas as secretarias, a notícia causou espanto pelo seu ineditismo e desproporcionalidade. Algo as-

sim, só seria concebível no pior período da ditadura militar quando sindicalistas eram perseguidos e seus direitos cerceados sem justificativa.

A tentativa fracassada de intimidar a diretoria do MOVA-SE desrespeita o Art. 8º da Constituição e atinge em cheio o conjunto de servidores da PEFOCE, representados no sindicato pela companheira Luciana Canito, que integra a Diretoria Executiva.

Além de repudiar a atitude autoritária do governador e de seus subalternos desqualificados, o MOVA-SE sente-se no dever de socializar com os servidores o ocorrido e exigir dele e de seus imediatos postura condizente com o cargo público que exercem e, no mínimo, respeito aos trabalhadores, sindicalistas ou não.

MOVA-SE  
Diretoria Executiva.



# A farsa da saúde do homem no CEREST-CE

Em ano de eleição, até o Centro de Referência à Saúde do Trabalhador (CEREST) se transforma em posto de saúde. Contrariando orientação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) de se restringir às doenças trabalhistas, o CEREST implantou recentemente o atendimento à saúde do homem. Esse novo serviço permite "furar a fila" do posto de saúde, porta de entrada para o SUS. Trata-se de um atendimento com pouca ou nenhuma resolutividade já que acaba aí. As pessoas atendidas lá não podem ser encaminhadas para outras consultas e exames do SUS - que exige o encaminhamento de um posto de saúde.

Por meio de manobra, parte das consultas do SUS destinada ao Hospital Cesar Cals vêm sendo repassadas ao CEREST. Trata-se de uma irregularidade que vem acontecendo sem o conhecimento dos órgãos superiores e que, além de não melhorar o acolhimento à população, não se sustenta por muito tempo pois logo haverá filas de espera e senhas de atendimento.

Na verdade, é o que já está



**Ambiente seguro,  
trabalhador saudável.**



acontecendo. Quem passa ao meio dia pelo CEREST constata uma fila se formando para o atendimento da Saúde do Homem, que começa às 17 horas. Há estrutura no CEREST para essa demanda? Evidentemente que não, então o que está ocorrendo de fato é simplesmente uma quebra na ordem de atendimento do SUS com objetivos eleitoreiros.

A quem interessa transformar o CEREST em posto de saúde?

Fazer saúde do homem não é fazer saúde do trabalhador. Este último tem natureza diversa, foco e estratégias diferenciados. Câncer de próstata, por exemplo, não é, em princípio, uma doença ocupacional, desenvolvida devido às condições de trabalho.

A Saúde do Trabalhador é um programa federal com verba enviada aos CERESTs para estruturar a rede específica. São enquadradas no rol das doenças laborativas: Acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, tais como lesões por esforços repetitivos, dermatoses ocupacionais, perda auditiva induzida por ruído, transtornos mentais relacionados ao trabalho, pneumoconioses, etc - todas ad-

quiridas por exposição a riscos no ambiente de trabalho. Usar a verba da RENAST para outros fins é desvio de verba. Utilizar a estrutura do CEREST para outros fins é desvio de função. Na Saúde do Homem, um médico recebe R\$ 4.000,00 de gratificação para trabalhar 20 horas semanais e um enfermeiro(a) recebe R\$ 1.500,00. E de onde sai o pagamento desses profissionais? Da verba destinada à Saúde do Trabalhador.

Não é possível uma unidade de média complexidade como o CEREST fazer atendimento de atenção básica, pois o usuário não tem como entrar na rede. O que pode ocorrer são intervenções fora da rede, que não têm sustentação. A ampliação do atendimento não vai suprir a necessidade de atendimento ao homem já que estes apresentam a metade da população do estado. Portanto a porta de entrada devem ser os postos. Abrir o atendimento para a mulher é tornar o erro ainda maior.

Cabe ao Estado organizar serviços mais estruturados de média e alta complexidade para atender às demandas do homem e da mulher.

## MOVA-SE sedia curso de formação



Acima, grupos de trabalho participam de atividades. Na foto maior, Auxiliadora coordena roda de encerramento.

O MOVA-SE sediou entre os dias 03 e 05/03, um Curso de Formação Sindical ministrado pelos facilitadores Auxiliadora Alencar, diretora estadual da CUT e de Formação do MOVA-SE, Alex Citó, diretor Administrativo e de Formação dos bancários, e Pedro Bezerra, diretor do sindicato dos têxteis. As aulas do programa Organização, Representação Sindical de Base (ORSB) foram desenvolvidas pela escola nordeste da CUT. Trabalhadores e trabalhadoras filiados aos sindicatos Cutistas, além de dirigentes sindicais da Capital e de diversos municípios do Interior participaram do primeiro módulo da formação.

A CUT-CE capacitou outras duas turmas na Prainha (Região Metropolitana de Fortaleza) e no município de Tianguá, abrangendo sindicatos da região da Ibiapaba e adjacências. No Ceará, 10 dirigentes sindicais estão fazendo a capacitação pela Escola Sindical Nor-

deste da CUT. Quando retornam aos seus Estados eles multiplicam o conhecimento adquirido em novas turmas do programa.

"Para compreender os desafios do presente é preciso conhecer a nossa história. Só assim seremos capazes de intervir na nossa realidade", defende Auxiliadora Alencar, que também é historiadora. A turma de 25 integrantes tem um total de quatro módulos, cada um com três dias de aulas. No programa do primeiro módulo, foram vistos conteúdos como: Formação da Sociedade Brasileira.

O curso de Formação Sindical ORSB faz parte da política Nacional de Formação da CUT e teve início neste ano. Do total de recursos para a realização das três turmas, 50% são oriundos do Plano de Ação Sindical da CUT nacional e outros 50% são contrapartida dos sindicatos e CUT estadual.

## Campanha propõe elevar investimentos em Educação



Trabalhadores em Educação adotaram a camisa verde da campanha

Na quinta-feira, 18/03, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa com o apoio do MOVA-SE e entidades representativas de servidores em educação, deram o pontapé inicial para o lançamento da campanha "Mais Educação", que propõe aumentar de 25% para 30% os investimentos em educação no Estado. O assunto foi tratado durante reunião com o deputado Artur Bruno e teve o objetivo criar um comitê para discutir ações que deverão nortear a coleta das 57 mil assinaturas para o projeto de emenda constitucional de iniciativa popular.

O MOVA-SE será um dos principais integrantes da campanha "Mais Educação". "Vamos estender ao conhecimento dos servidores de todo o estado e dos três poderes lançando mão do nosso site, informativo e das 20 diretorias regionais", defende o coordenador Airton Lucena Filho. A meta, segundo ele, é divulgar e contar com a adesão do maior número possível de pessoas.

Outras entidades que irão compor a comissão serão o Instituto Federal do Ceará - IFCE (antigo CEFET), a FIEC, e o professor Cláudio Régis, idealizador do projeto.

# MOVA-SE começa a ouvir os trabalhadores



Reunião de diretoria do MOVA-SE: após visita aos órgãos, o colegiado se reúne para formar a proposta de reivindicações para o FUASPEC



Os diretores do MOVA-SE já estão em campo visitando escolas, hospitais, órgãos e secretarias para ouvir o que pensam os servidores e quais reivindicações serão levadas à assembleia geral que irá compor a pauta de reivindicação salarial 2010-2011 e em defesa do serviço público. As propostas recebidas irão a votação em processo aberto de assembleia com data a ser marcada.

Além de Fortaleza, o sindicato pretende mobilizar suas 20 regionais para que a participação dos servidores seja a maior possível.

Os pontos de pauta serão indicados pelos trabalhadores mas, pelo menos, três deverão ser unanimidade: Reposição salarial com ganho real; Reestruturação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e Realização de concurso público, com nomeação imediata dos aprovados, para o preenchimento das carências de pessoal em substituição também aos terceirizados.

A pauta final será defendida na Mesa de Negociação pelo Fórum Unificado de Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais (FUASPEC).

## Governo despreza concursados e infla a gestão com terceirizados

Na direção contrária à valorização do servidor, o governo terceiriza cada vez mais na medida em que as eleições se aproximam. Despreza os concursados da Saúde e sequer cogita novos concursos para substituir os terceirizados, como quer a Constituição. **Nem o líder do governo, sabe os números da terceirização no estado.** A exceção é a área da Educação contemplada com um concurso para 4 mil professores e a promessa de novos 2 mil administrativos previsto para ontecer em breve

Nem mesmo o líder do governo sabe ao certo quantos são os terceirizados do Estado. O certo é que eles estão em todas as secretarias e não param de chegar desacatando decisões da justiça, enquanto aprovados no concurso da Saúde esperam ser nomeados. O concurso público realizado em 2006 que aprovou profissionais da odontologia, enfermagem e da bioquímica em número suficiente para suprir a carência do estado é desdenhado pelo atual governo.

Quatro anos depois, os concurs

ados ainda esperam ser chamados e nem a justiça conseguiu obrigar o governo a nomeá-los. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) deu prazo de 180 dias para as nomeações, porém a decisão foi refeita sem motivo aparente.

O caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o Sindicato da categoria entrou com representação na Procuradoria da República que encaminhou ao STJ.

Outra decisão de 04/11 do ano passado, do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Francisco de Assis Filgueira Mendes, diz que a cada contrato de terceirizado encerrado, o Governo deve chamar um concursado. Contudo, o Governo também vem desobedecendo essa ordem judicial. Ao invés de chamar os concursados, renovou contrato com a Cooperativa dos Profissionais de Enfermagem do Estado do Ceará. Segundo denúncia do deputado Heitor Férrer, somente com a contratação de enfermeiros terceirizados pela empresa Elite Serviços Especializados, o Estado pagou mais de R\$ 5 milhões.

### ARTIGO

## TJ trai servidores

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Ernani Barreira, mais uma vez trai a confiança dos servidores do Judiciário cearense, enviando à Assembleia Legislativa um Plano de Cargos que "trucida" todas perspectivas de melhorias salariais e carreira dos servidores.

Como não bastasse o sofrimento dos servidores por um plano justo, durante todos esses anos, ainda tivemos o azar de termos na Assembleia Legislativa, uma turma de Deputados que se dizem representantes do povo Cearense mas que só votam em favor dos opressores. O aumento da remuneração dos Desembargadores concedido recentemente pelos atuais Deputados, demonstra a total falta de respeito aos Servidores do Judiciário suas famílias, parentes e aos cearenses que os elegeram.

O Discurso do Presidente do Tribunal de Justiça, de que o PCC seria bom para todos servidores é uma falácia. Os servidores agora já sabem quem realmente é o presidente e os atuais Deputados que querem se reeleger na próxima eleição.

O envio do Plano de Cargos e Carreira (PCC) foi enviado à Assembleia Legislativa sem o conhecimento participação e consentimento dos servidores do Judiciário. O pacote ainda retira direitos, gratificações, inclusive a judiciária, em caráter de urgência, desrespeitando inclusive o regimento interno da Assembleia Legislativa. É a confirmação incontestável da conivência dos poderes.

Diante desses fatos, somente nós, os Servidores e Trabalhadores, Públicos ou Privados, Juntos em nossos Sindicatos, com nossa Central e Federações poderemos eleger representantes comprometidos com nossa luta.

Wilton Bezerra - servidor do TJ-CE e diretor do MOVA-SE

## Relatório o CNJ aponta irregularidades no TJ-CE

Pagamentos a servidores desligados, morosidade, excesso de terceirizados e irregularidades na contratação de serviços de informática foram alguns dos problemas encontrados no Judiciário do Ceará pela Corregedoria Nacional de Justiça. No relatório, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, consta que 42% do total de servidores é terceirizado — a maioria exerce funções típicas dos cargos efetivos.

Segundo o relatório, o TJ-CE está descumprindo a Resolução 88 do CNJ, que estabelece que pelo menos 50% dos cargos em comissão sejam destinados a concursados. No TJ cearense, 56% dos cargos comissionados estão ocupados por servidores requisitados, sem vínculo com a administração pública. O TJ-CE terá três meses para se adequar ao que determina a resolução. Entre as mudanças, o fim dos contratos de advogados terceirizados, já que a Corregedoria Nacional detectou que no quadro de concursados existem bacharéis em direito, o que inviabiliza a terceirização do serviço.

A inspeção detectou que a lentidão nos processos da segunda instância é duas vezes maior que a média nacional e que em junho de 2009 existiam mais de 17 mil processos sem movimento há mais de cem dias nos gabinetes de desembargadores.

O CNJ determinou que o TJ-CE apresente em 30 dias o rol de todas as sindicâncias e processos administrativos disciplinares que tramitam na Corregedoria Geral, dado o

excesso de prescrições.

Já na primeira instância, apesar da taxa de congestionamento ser semelhante à média nacional, a carga de trabalho é de 2.785 processos por juiz, abaixo da média do país que ultrapassa 5 mil processos. A inspeção visitou as varas e Juizados de sete comarcas: Fortaleza, Barbalha, Caucaia, Crato, Itapipoca, Juazeiro e Sobral.

Em Fortaleza, foi constatado carência de material de expediente, sendo frequentes as compras feitas pelos próprios servidores e magistrados. Na 7ª Vara da Fazenda Pública, constatou-se que as 25 ações populares em tramitação estavam com andamento moroso, incluindo uma conclusa há mais de um ano, sem ter sido sentenciada.

O TJ-CE deverá, no prazo de 30 dias, apresentar à Corregedoria Nacional de Justiça todas as Ações Cíveis Públicas, Ações Populares e Mandados de Segurança coletivos em trâmite, informando data de início, fase processual e previsão de julgamento. Além disso, também terá que tomar providências para a redução do acervo e da morosidade em todos os Juizados Especiais da Comarca de Fortaleza.

Na contratação de serviços de informática, o relatório aponta falta de planejamento e de seleção das empresas fornecedoras. A conta ultrapassou os R\$ 86 milhões. O CNJ determinou que o tribunal observe os preceitos do órgão ao acertar as contratações futuras de serviços de informática. (Fonte: CNJ)

# PGE não vê racismo em servidor que chamou colega negra de "serviçal" e a agrediu

Nos 100 anos em que se comemora o Ano Internacional da Mulher, um exemplo emblemático é a prova viva de que mulheres, ainda por cima, negras continuam a sofrer discriminação e racismo pela sociedade, até mesmo num órgão público como a Procuradoria Geral do Estado, onde deveria haver isenção e imparcialidade. A auxiliar de enfermagem do Hospital Albert Sabin, Auxiliadora Alencar, diretora de Formação do MOVA-SE, diretora da CUT-CE e da Federação Nacional dos Empregados e Servidores Públicos Estaduais (FENASEPE) foi surpreendida no início de abril com a informação de que estaria suspensa por 30 dias sem direito a salário.

Motivo: há dois anos foi envolvida numa discussão com um colega de trabalho que a acusou injustamente de produzir e afixar cartazes desfavoráveis a ele. O homem que estava transtornado e que a abordou em seu local de trabalho (a Sala de Reanimação) era o fisioterapeuta coordenador da comissão de Gratificação de Incentivo ao Trabalho com Qualidade (GITQ). "Ele avançou na minha direção de forma agressiva enquanto dirigia-me palavras ofensivas. O tempo todo esbravejava apontando o dedo para o meu nariz dizendo:

- Quem você pensa que é? Não passa de uma serviçal", conta a servidora.

Segundo Auxiliadora, enquanto tentava se defender das acusações de ser responsável pelo cartaz que denunciava autoritarismo e irregularidades na GITQ, ele continuava, aos berros, chamando-a de mentirosa e serviçal. "Me aproximei dele para explicar que, apesar de negra e ocupando função hierárquica inferior à dele, não estava ali na condição de serviçal e sim de servidora concursada, tanto quanto ele e que, portanto, éramos regidos pelo mesmo estatuto. Nesse momento, num gesto de fúria, ele investiu contra mim com violência, de modo que fui empurrada por cima de uma maca que estava nas proximidades. Foi aí que a enfermeira supervisora correu e se colocou

na minha frente impedindo que as agressões físicas e morais continuassem".

Para surpresa geral, o relato das testemunhas e da auxiliar de enfermagem, servidora estadual há 24 anos, que teve sempre conduta exemplar no trabalho e no movimento sindical, não foram suficientes para que a PGE identificasse racismo e preconceito contra mulher e negra na conduta do fisioterapeuta.

O resultado da sindicância solicitada pelo hospital foi publicado no início do mês. Ao invés de reparar um erro, a PGE reforçou a injustiça ao sentenciar 30 dias de suspensão à servidora Auxiliadora Alencar. A mesma punição que recebeu seu agressor.

## Nota de apoio aos servidores municipais de Icó

A Diretoria do MOVA-SE, Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará, e a FENASEPE, Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais, por meio da sua Diretoria Regional em Icó, representada pelos companheiros da EMATERCE Sérgio Andrade e Carlos Dias, manifestam apoio à greve dos Servidores público de Icó. Por entender ser justa a pauta de reivindicação e legítimas as manifestações de luta, a diretoria do MOVA-SE reitera a necessidade da sociedade respeitar e apoiar esse movimento coletivo e organizado de trabalhadores.

Lembramos que o trabalho desta categoria é insubstituível e indispensável para o município, fato que se torna óbvio diante dos efeitos imediatos da paralisação de serviços essenciais na estrutura pública municipal como o funcionamento de escolas, hospitais, assistência social e etc., comprometendo a qualidade de vida de todos.

A pauta do movimento é impedir a criação do regime próprio de previdência dos servidores municipais, assunto delicado pelas experiências que temos acompanhado. Inúmeros municípios têm demonstrado intenção de mudar o Regime Geral de Previdência, o popular INSS. Geralmente isso acontece na calada da noite, em sessões extraordinárias, sem qualquer aviso ou debate prévio.

No Ceará, dos 32 municípios com previdência própria 30 estão, de alguma forma, descum-

prindo a legislação, trazendo prejuízo aos servidores, aos aposentados e pensionistas. O maior déficit é o de Fortaleza, no valor de R\$ 4.266.808.651,94 (mais de quatro bilhões de reais);

Nós servidores estaduais do Ceará também não temos o que comemorar, pois a previdência própria estadual, antigo IPEC hoje SUPSEC, também se encontra deficitária: - R\$ 24.653.118.269,87 (MAIS DE VINTE E QUATRO BILHÕES), segundo a última avaliação do próprio Estado do Ceará e informada ao Ministério da Previdência <http://www.mps.gov.br/>. Por isso, companheiros e companheiras de Icó, quem não quiser ser surpreendido junte-se a direção do sindicato que está de parabéns por se mostrar atenta aos assuntos de interesse da categoria.

Vale lembrar que nos projetos de regime próprio, os Comissionados, vereadores e prefeitos continuarão no regime geral de previdência (INSS), não serão seus colegas inativos no futuro.

No Brasil existem casos de municípios falidos, de prefeitos que em campanhas eleitorais "tomam emprestado" as verbas desse fundo municipal e nunca mais devolve.

Enfim, é necessário ficar atento. SE O SINDICATO É CONTRA O REGIME PRÓPRIO, à luta é o único instrumento para evitar sua implantação.

Parabéns companheiros e companheiras, a luta continua e conte com a gente.

MOVA-SE - Diretoria Colegiada



No último dia 5 de março, o MOVA-SE encerrou o primeiro módulo do Curso de Organização, Representação Sindical de Base - ORSB com uma homenagem especial às mulheres que participaram como maioria e às funcionárias com uma palestra da diretora de Gênero da Federação Nacional de Servidores e Empregados Públicos Estaduais - FENASEPE

## Marcha lembra 100 anos de luta

Três mil mulheres de todo o país iniciaram, no dia 8 de março, uma marcha que saiu de Campinas e chegou a São Paulo, na quinta-feira, 18/03. O ato fez parte da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que acontece ao longo de 2010 e conta com a participação de mulheres de todas as regiões do país, do campo e da cidade.

O lema deste ano é "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!". O objetivo da ação é conquistar avanços e melhorias para a vida das mulheres brasileiras, denunciar o capitalismo patriarcal e expressar solidariedade com as mulheres de todo o mundo.

Miriam Nobre, da Marcha Mundial das Mulheres, explica a importância de ações que visam os direitos femininos. "Sabemos que cada vez mais as mulheres sustentam sozinhas suas famílias, e é preciso

que ela possa decidir a melhor forma de fazer isso. Quer dizer, tendo empregos com qualidade, com direitos, com salário justo ou então tendo condições de produzir, no caso das mulheres que vivem no campo, das artesãs, das comerciantes. Que possam trabalhar em boas condições e viver do seu trabalho."

A 3ª Ação Internacional será baseada em quatro campos de atuação: autonomia econômica das mulheres, bens comuns e serviços públicos, paz e desmilitarização e violência contra a mulher.

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional que nasceu no ano 2000, a partir de uma mobilização que reuniu mulheres de todo o mundo. Em 2005, a Marcha organizou sua 2ª Ação Internacional para divulgar a proposta de um mundo sem machismo e opressão.

### INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DO CEARÁ

Sob responsabilidade de sua Diretoria Colegiada

Tiragem: 7 mil exemplares

Rua Princesa Isabel, 502 - Centro // Fortaleza - CE // CEP: 60015-060

Telefone/fax: 85 3226 0665 // 85 3226 0642

Jornalista responsável: Sílvia Carla Araújo - CE01226JP

Diagramação Marcelo Della Guardia - Idéia Criativa - 85 8885 2111